



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL  
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL  
PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0003815, DE 20 de Abril de 2017.

O Diretor-Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições e,

Considerando o disposto no § 1º do art. 3º do Decreto n. 13.990, de 02 de julho de 2014 que regulamenta a Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul;

Considerando a Resolução SEMADE n. 21, de 27 de novembro de 2015 que estabelece normas e procedimentos para a Outorga de Uso de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Considerando o deferimento com bases nos elementos do processo nº. 0001036/2017.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar os atos relacionados com as Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul, devidamente registrados no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos – CEURH, discriminados abaixo:

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes da DURH000652
Requerente	40.074.069/0001-84 - AMBIENTAL MS PANTANAL SPE S.A.
Tipo de Ponto de Interferência	Lançamento, Transporte e Disposição Final de Efluentes
Finalidade de Uso	Esgotamento Sanitário
Município	FIGUEIRAO
Unidade de Planejamento e Gerenciamento	TAQUARI
Coordenadas do Ponto de Interferência	Latitude: -18° 40' 14.74" - Longitude: -53° 38' 59.93" - Projeção: SIRGAS 2000
Vazão Lançada	22,93 m³/h

**Art. 2º** O Outorgado constante nesta portaria deverá cumprir as seguintes condicionantes:

1 Condicionantes Gerais:

1. A Outorga não implica alienação total ou parcial das águas, mas o simples direito de uso.
2. A Outorga não implica alienação total ou parcial das águas, mas o simples direito de uso.
3. A Outorga não implica alienação total ou parcial das águas, mas o simples direito de uso.
4. A Outorga não implica alienação total ou parcial das águas, mas o simples direito de uso.
5. A Outorga não implica alienação total ou parcial das águas, mas o simples direito de uso.
6. A Outorga não exige o outorgado do cumprimento da legislação ambiental pertinente ou das exigências de outros órgãos e entidades competentes.
7. A Outorga não exige o outorgado do cumprimento da legislação ambiental pertinente ou das exigências de outros órgãos e entidades competentes.
8. A Outorga não exige o outorgado do cumprimento da legislação ambiental pertinente ou das exigências de outros órgãos e entidades competentes.
9. A Outorga não exige o outorgado do cumprimento da legislação ambiental pertinente ou das exigências de outros órgãos e entidades competentes.
10. A Outorga não exige o outorgado do cumprimento da legislação ambiental pertinente ou das exigências de outros órgãos e entidades competentes.
11. O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.
12. O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.
13. O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.
14. O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.
15. O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.
16. Constitui infração das normas de utilização dos recursos hídricos aquelas elencadas no Art. 24 do Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL  
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL  
PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0003815, DE 20 de Abril de 2017.

17. Constitui infração das normas de utilização dos recursos hídricos aquelas elencadas no Art. 24 do Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.
18. Constitui infração das normas de utilização dos recursos hídricos aquelas elencadas no Art. 24 do Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.
19. Constitui infração das normas de utilização dos recursos hídricos aquelas elencadas no Art. 24 do Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.
20. Constitui infração das normas de utilização dos recursos hídricos aquelas elencadas no Art. 24 do Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.
21. O Outorgado deverá manter no local do empreendimento, a outorga de recursos hídricos.
22. O Outorgado deverá manter no local do empreendimento, a outorga de recursos hídricos.
23. O Outorgado deverá manter no local do empreendimento, a outorga de recursos hídricos.
24. O Outorgado deverá manter no local do empreendimento, a outorga de recursos hídricos.
25. O Outorgado deverá manter no local do empreendimento, a outorga de recursos hídricos.
26. O Outorgado se sujeita à fiscalização do IMASUL, por intermédio de seus fiscais ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.
27. O Outorgado se sujeita à fiscalização do IMASUL, por intermédio de seus fiscais ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.
28. O Outorgado se sujeita à fiscalização do IMASUL, por intermédio de seus fiscais ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.
29. O Outorgado se sujeita à fiscalização do IMASUL, por intermédio de seus fiscais ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.
30. O Outorgado se sujeita à fiscalização do IMASUL, por intermédio de seus fiscais ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.
31. Encaminhar relatório anual de monitoramento, conforme modelo da RESOLUÇÃO SEMADE Nº 21/2015, no mês em que completar um ano da data da publicação da Portaria de Outorga.
32. Encaminhar relatório anual de monitoramento, conforme modelo da RESOLUÇÃO SEMADE Nº 21/2015, no mês em que completar um ano da data da publicação da Portaria de Outorga.
33. Encaminhar relatório anual de monitoramento, conforme modelo da RESOLUÇÃO SEMADE Nº 21/2015, no mês em que completar um ano da data da publicação da Portaria de Outorga.
34. Encaminhar relatório anual de monitoramento, conforme modelo da RESOLUÇÃO SEMADE Nº 21/2015, no mês em que completar um ano da data da publicação da Portaria de Outorga.
35. Encaminhar relatório anual de monitoramento, conforme modelo da RESOLUÇÃO SEMADE Nº 21/2015, no mês em que completar um ano da data da publicação da Portaria de Outorga.
36. A renovação da Outorga deverá ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data limite de sua vigência.
37. A renovação da Outorga deverá ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data limite de sua vigência.
38. A renovação da Outorga deverá ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data limite de sua vigência.
39. A renovação da Outorga deverá ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data limite de sua vigência.
40. A renovação da Outorga deverá ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data limite de sua vigência.
41. A Outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente: I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.
42. A Outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente: I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.
43. A Outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente: I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.
44. A Outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente: I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.
45. A Outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente: I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a



prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

46. A Outorga poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, nas seguintes circunstâncias: I - não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga; II - ausência de uso por três anos consecutivos; III - necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas; IV - necessidade de prevenir ou de reverter grave degradação ambiental; V - necessidade de atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas; VI - indeferimento ou cassação de licença ambiental; VII - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos.

47. A Outorga poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, nas seguintes circunstâncias: I - não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga; II - ausência de uso por três anos consecutivos; III - necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas; IV - necessidade de prevenir ou de reverter grave degradação ambiental; V - necessidade de atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas; VI - indeferimento ou cassação de licença ambiental; VII - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos.

48. A Outorga poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, nas seguintes circunstâncias: I - não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga; II - ausência de uso por três anos consecutivos; III - necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas; IV - necessidade de prevenir ou de reverter grave degradação ambiental; V - necessidade de atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas; VI - indeferimento ou cassação de licença ambiental; VII - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos.

49. A Outorga poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, nas seguintes circunstâncias: I - não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga; II - ausência de uso por três anos consecutivos; III - necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas; IV - necessidade de prevenir ou de reverter grave degradação ambiental; V - necessidade de atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas; VI - indeferimento ou cassação de licença ambiental; VII - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos.

50. A Outorga poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, nas seguintes circunstâncias: I - não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga; II - ausência de uso por três anos consecutivos; III - necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas; IV - necessidade de prevenir ou de reverter grave degradação ambiental; V - necessidade de atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas; VI - indeferimento ou cassação de licença ambiental; VII - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos.

51. O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual 2.406 de 29 de Janeiro de 2002.

52. O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual 2.406 de 29 de Janeiro de 2002.

53. O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual 2.406 de 29 de Janeiro de 2002.

54. O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual 2.406 de 29 de Janeiro de 2002.

55. O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual 2.406 de 29 de Janeiro de 2002.

56. Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

57. Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

58. Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

59. Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

60. Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

#### 2 Condicionantes Específicas:

1. O outorgado deverá apresentar anualmente ao IMASUL, o formulário de monitoramento ambiental, disponível na página oficial do órgão ([www.imasul.ms.gov.br](http://www.imasul.ms.gov.br)), para os parâmetros DBO (mg/L), Temperatura (°C), Nitrogênio Amoniacal Total (mg/L) e Fósforo Total (mg/L), devendo obedecer aos seguintes requisitos:

- Coleta e análise de efluente bruto e tratado (afluente e efluente à ETE), com periodicidade mensal.
- Coleta e análise no corpo hídrico receptor, a montante e jusante do lançamento, com periodicidade trimestral;

2. O outorgado deverá apresentar anualmente ao IMASUL, o formulário de monitoramento ambiental, disponível na página oficial do órgão ([www.imasul.ms.gov.br](http://www.imasul.ms.gov.br)), para os parâmetros DBO (mg/L), Temperatura (°C), Nitrogênio Amoniacal Total (mg/L) e Fósforo Total (mg/L), devendo obedecer aos seguintes requisitos:

- Coleta e análise de efluente bruto e tratado (afluente e efluente à ETE), com periodicidade mensal.
- Coleta e análise no corpo hídrico receptor, a montante e jusante do lançamento, com periodicidade trimestral;



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL  
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL  
**PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0003815, DE 20 de Abril de 2017.**

3. O outorgado deverá apresentar anualmente ao IMASUL, o formulário de monitoramento ambiental, disponível na página oficial do órgão ([www.imasul.ms.gov.br](http://www.imasul.ms.gov.br)), para os parâmetros DBO (mg/L), Temperatura (°C), Nitrogênio Amoniacal Total (mg/L) e Fósforo Total (mg/L), devendo obedecer aos seguintes requisitos:
- Coleta e análise de efluente bruto e tratado (afluente e efluente à ETE), com periodicidade mensal.
  - Coleta e análise no corpo hídrico receptor, a montante e jusante do lançamento, com periodicidade trimestral;
4. O outorgado deverá apresentar anualmente ao IMASUL, o formulário de monitoramento ambiental, disponível na página oficial do órgão ([www.imasul.ms.gov.br](http://www.imasul.ms.gov.br)), para os parâmetros DBO (mg/L), Temperatura (°C), Nitrogênio Amoniacal Total (mg/L) e Fósforo Total (mg/L), devendo obedecer aos seguintes requisitos:
- Coleta e análise de efluente bruto e tratado (afluente e efluente à ETE), com periodicidade mensal.
  - Coleta e análise no corpo hídrico receptor, a montante e jusante do lançamento, com periodicidade trimestral;
5. O laboratório contratado deverá ser credenciado junto ao IMASUL de acordo com a RESOLUÇÃO SEMADE N. 11, de 1º de junho de 2015;
6. O laboratório contratado deverá ser credenciado junto ao IMASUL de acordo com a RESOLUÇÃO SEMADE N. 11, de 1º de junho de 2015;
7. O laboratório contratado deverá ser credenciado junto ao IMASUL de acordo com a RESOLUÇÃO SEMADE N. 11, de 1º de junho de 2015;
8. O laboratório contratado deverá ser credenciado junto ao IMASUL de acordo com a RESOLUÇÃO SEMADE N. 11, de 1º de junho de 2015;
9. O referido lançamento deve estar em conformidade com a Deliberação CECA nº 36, de 27 de junho de 2012 e Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011, de modo a não alterar a classe do rio, cujas diretrizes estão dispostas na Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005.
10. O referido lançamento deve estar em conformidade com a Deliberação CECA nº 36, de 27 de junho de 2012 e Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011, de modo a não alterar a classe do rio, cujas diretrizes estão dispostas na Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005.
11. O referido lançamento deve estar em conformidade com a Deliberação CECA nº 36, de 27 de junho de 2012 e Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011, de modo a não alterar a classe do rio, cujas diretrizes estão dispostas na Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005.
12. O referido lançamento deve estar em conformidade com a Deliberação CECA nº 36, de 27 de junho de 2012 e Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011, de modo a não alterar a classe do rio, cujas diretrizes estão dispostas na Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005.
13. Caso haja alterações no regime de lançamento e/ou aspectos operacionais da Estação de Tratamento de Efluentes, fica o outorgado obrigado a retificar a outorga vigente.
14. Caso haja alterações no regime de lançamento e/ou aspectos operacionais da Estação de Tratamento de Efluentes, fica o outorgado obrigado a retificar a outorga vigente.
15. Caso haja alterações no regime de lançamento e/ou aspectos operacionais da Estação de Tratamento de Efluentes, fica o outorgado obrigado a retificar a outorga vigente.
16. Caso haja alterações no regime de lançamento e/ou aspectos operacionais da Estação de Tratamento de Efluentes, fica o outorgado obrigado a retificar a outorga vigente.

**Art. 3º** As características técnicas dos usos de recursos hídricos do empreendimento constante desta Resolução estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.imasul.ms.gov.br>.

**Art. 4º** O requerente constante nesta portaria deverá cumprir, naquilo que lhe couber, os dispositivos no Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.

**Art. 5º** Esta portaria tem efeito legal até 20 de Abril de 2025.

**Art. 6º** Este ato revoga a PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0000488, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

**Art. 7º** Este ato é decorrente do processo de Transferência de Outorga N. 0000605/2021.

**Art. 8º** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

THAIS BARBOSA DE AZAMBUJA CARAMORI



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL  
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL  
**PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0003815, DE 20 de Abril de 2017.**

---

Diretora Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, em  
**Assinado Digitalmente**

---

Valide este documento em [servicos.imasul.ms.gov.br](http://servicos.imasul.ms.gov.br), informando o código de segurança 9336054070003849 na opção "Validação de Portaria de Outorga".

